

Condsef/Fenadsef volta a solicitar ao governo instalação de mesas setoriais

Na semana passada, a Condsef/Fenadsef enviou uma série de ofícios ao secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijó, onde voltou a solicitar a instalação das mesas setoriais de negociação. Nos ofícios, a Confederação encaminhou a pauta de vários setores de sua base. Todos os setores da base da Condsef/Fenadsef terão ofícios enviados até o final deste mês.

Entre os ofícios já encaminhados estão as pautas dos servidores da Saúde, Previdência, Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia, civis de Órgãos Militares, Área Agrária, Ex-Territórios, Meio Ambiente, Anistiados, Funai, Fazenda e Cultura. Categorias que ainda devem realizar seus encontros nacionais terão seus ofícios encaminhados na sequência. A expectativa é de que as mesas setoriais possam ser instaladas imediatamente para que os debates específicos e busca de soluções de demandas represadas também possam avançar.

Confira o resumo das reivindicações enviadas ao MGI:

Civis de Órgãos Militares: Reestruturar o Plano de Carreira e Cargos da Tecnologia Militar (PCCTM), com equiparação da CTM com a Carreira da Ciência e Tecnologia, bem como, incluir os servidores(as), do PGPE, das organizações Militares na referida carreira, criação da Gratificação de Qualificação para os servidores(as), do nível Auxiliar e recompor as tabelas salariais do PCCTM na proporção de 80% VB X 20% Gratificação de Desempenho.

Saúde e Previdência: Reestrutu-



ração da carreira da PST, da Lei nº, 11.355/2006, bem como, mudança no Art. 54 da Lei nº 11.784 de 22 de setembro de 2008, que institui a Gratificação de Combate às Endemias - GACEN, e transferência dos servidores(as), do DATASUS para a carreira da Ciência e Tecnologia- C&T, culminando com a criação da GDATSUS (Gratificação de Atividade em TI do Sistema ÚNICO de Saúde).

Ciência e Tecnologia: Incorporar a gratificação (GDACT), ao vencimento básico das servidoras e servidores das carreiras de C&T, pelo seu patamar máximo possível em cada classe/padrão das carreiras.

Área Agrária: Finalidade de reestruturar os Planos de Cargos e Carreiras dos ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e do Incra.

Ex-Territórios: Permitir a migração dos técnicos Administrativos do PGPE e PCCEXT com exercício na Educação, para a carreira do PCCTAE; Concessão de RSC (Reconhecimento de Saberes e Competência) para técnicos administrativos e aposentados anteriores à Lei nº, 12.772/13; Atualização de progressões funcionais de todos os

docentes, ativos e aposentados que não alcançaram o topo da carreira; Instituições de gratificações de qualificações para os planos de carreira: PGPE e PCC-EXT.

Meio Ambiente: Prioridade é a reestruturação das carreiras dos setores do Meio Ambiente e vinculadas.

Anistiados: Busca de resolução das demandas dos anistiados pela Lei nº 8.878/1994.

Funai: Servidores(as) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas tem como pauta prioritária os desfechos do Plano de Carreira Indigenista.

Fazenda: Prioridade é a reestruturação do Plano Especial de Cargos - PECFAZ, a Aglutinação de Cargos, bem como as demais demandas dos Servidores(as), do Ministério da Fazenda.

Cultura: Servidores do Ministério da Cultura e suas Vinculadas tem como prioridade a reestruturação das carreiras dos setores da Cultura, bem como a equiparação com a tabela salarial com a da casa de Rui Barbosa, a incorporação da GDAC ao vencimento básico, o reconhecimento da atividade de fiscalização e a implementação da gratificação de qualificação – GQ.

Fonte: Condsef



IFMA será instituição da rede federal a ofertar mais vagas em cursos do Programa Mulheres Mil

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) vai ofertar 1.050 vagas em cursos pelo Programa Mulheres Mil. Esta é a maior quantidade de vagas oferecidas por meio do programa entre todas as instituições da rede federal.

A proposta do IFMA participou de um edital nacional, promovido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), que selecionou projetos de 47 instituições da rede federal para o Programa Mulheres Mil. O IFMA receberá R\$ 1.680.000,00 para a implantação dos cursos em diversos campi.

A seleção nacional de propostas marca a retomada do Programa Mulheres Mil pelo Minis-

tério da Educação (MEC). Houve um notável aumento nos recursos disponíveis a partir do edital, que foram ampliados de uma previsão inicial de R\$ 8 milhões para R\$ 25 milhões. Além disso, o número de vagas previsto passou por uma expressiva expansão, crescendo de 5 mil para 16 mil.

Segundo a coordenadora do Programa Mulheres Mil no IFMA, Dayse da Silva Rocha Araújo, o programa tem um grande diferencial na capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade. “Além de capacitar para o mundo do trabalho, o currículo dos cursos são elaborados para o fortalecimento da autoestima, autoconhecimento, cuidado com a saúde, empreendedorismo, entre outras formas de contribuir para a retomada dessas mulheres

no mercado de trabalho”, comentou a coordenadora. Para ela, o aumento nos recursos proporcionará um impulso ainda mais significativo ao programa, possibilitando o alcance de um maior número de mulheres interessadas em participar dos cursos e fortalecendo o impacto positivo dessa iniciativa. “A previsão é que as primeiras turmas do IFMA sejam iniciadas até outubro. A instituição tem até o fim de 2024 para executar todas as turmas. Os campi serão responsáveis pelas interlocuções com os parceiros, como as secretarias de assistência social e da mulher dos municípios, para a seleção das alunas conforme o perfil do programa”, disse a coordenadora.

Fonte: IFMA

OBRIGATÓRIO PARA SERVIDORES

Atualização de Dados Cadastrais

Acesse para atualizar: **SOU gov.br**